

## PSP terá "redução de despesa"

O primeiro-ministro garantiu que a proposta de reorganização da PSP "determinará uma significativa redução de despesa", implicando eliminação de cargos, num sistema que se revelou "dispendioso, mal dimensionado e pouco racional". Passos Coelho visitou ontem a Unidade Especial de Polícia, em Belas, onde assistiu a vários exercícios, como um assalto terrorista a uma embaixada, uma tomada de reféns num edifício urbano e um "atentado contra alta entidade".

### AGENDA DO DIA

- António José Seguro termina uma visita a Cabo Verde, onde participa no Comité África da Internacional Socialista.
- Reunião entre o Ministério da Saúde e o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

Paula Nunes



### SOCIEDADE ABERTA

## O erro do Governo



**Rui Pena**  
Advogado

Depois de ter noticiado que o Governo queria reduzir os poderes da REN e criar um operador de rede independente para o gás e para a electricidade, veio o Diário Económico referir que o Governo tinha recuado nesta intenção por alegada pressão dos acionistas da REN. Não houve recuo, mas o simples reconhecimento de que já não havia volta a dar, uma vez que o pacote legislativo de 2006 tinha imposto o unbundling entre as empresas de transporte e de distribuição e as de produção e comercialização, proibindo que umas e outras fizessem parte do mesmo grupo verticalmente integrado.

Também no seio da União as alterações estruturais suscitam reticências. O debate que precedeu a terceira geração das Diretivas da Energia e a redação final que acabou por ser aprovada ilustra bem esta afirmação. A Comissão propôs e defendeu sempre a separação patrimonial. No entanto, alguns Estados Membros propuseram que se adotasse a figura do operador independente (ISO - independent system operator), uma entidade desvinculada das sociedades verticalmente integradas que seria encarregada de gerir e operar as redes que continuariam propriedade dessas sociedades e de tomar decisões quanto ao seu desenvolvimento. Surgiu ainda uma hipótese intermédia, defendida pela França e pela Alemanha, que mais não era do que uma separação funcional mais reforçada aplicável ao operador de sistema independente: o operador de rede independente (ORI) e/ou operador de transporte independente (OTI) que a proposta de alteração legislativa do Governo pretendia erradamente implementar.

A redação final das Diretivas acabou por consagrar a separação patrimonial, mas admitiu exceções para o caso de, em 3 de Setembro de 2009 (data da entrada em vigor das Diretivas), as redes de transporte pertencerem a uma empresa verticalmente integrada. Se tal acontecesse, poderiam os Estados Membros optar por designar um operador de rede independente (ISO) ou um operador de transporte independente (OTI). Mas se naquela data a rede de transporte pertencesse já a uma entidade não integrada verticalmente, deixaria de ser possível ao Estado Membro exercer a opção por um modelo ISO ou OTI/ORI.

Ora, o nosso Executivo já tinha decidido, antes da entrada em vigor destas Diretivas, decretar o unbundling nos setores do gás e da electricidade e dar-lhe execução imediata: a REN assumiu as concessões da GALP da rede de transporte, do terminal oceânico e de uma parte do armazenamento subterrâneo já construído e a construir. Foi empossada de facto e de direito como TSO (transmission system operator). Como as Diretivas de 2009 apenas conferem a faculdade de se optar pela figura do ISO no caso de as empresas de transporte estarem integradas verticalmente, o que não acontece no caso da REN, Portugal deixou de poder optar por um operador independente.

Já é diferente a aplicabilidade das disposições respeitantes ao OTI/ORI, que constituem um reforço das exigências de separação funcional. Por isso, se o Governo quiser compensar a recente e discutível perda de controlo do nosso TSO, pode aproveitar alguns desses preceitos para reforçar as regras de supervisão e regulação, mas deve fazê-lo direta e frontalmente. ■



**Vital Moreira**  
Eurodeputado do PS

"Um voto contra correria o risco de ser interpretado como um voto contra a consolidação orçamental (...) e o PS não deve correr esse risco.", disse ao Jornal de Negócios.



**Francisco Assis**  
Deputado do PS

"Se não houver nenhuma modificação de comportamento da actual maioria parlamentar o PS deve votar contra o próximo Orçamento", disse à Renascença.



**Isabel Moreira**  
Deputada independente do PS

"Se o Governo continuar neste caminho com políticas que só aumentam a recessão, o desemprego, então o PS deve votar contra", disse ao DN.